

Unir, Organizar e Lutar

Resistir aos ataques e avançar nas conquistas

Tese da Corrente Sindical Esquerda Marxista, Direção e apoiadores ao II Congresso do Sinsej.

1. O mundo capitalista em ebulição: destruir esse sistema ou melhorá-lo?

Em 200 anos, o Capitalismo gerou mais de um bilhão de miseráveis. Produziu bombas nucleares, mísseis de precisão, drones, I-Phones, naves espaciais, mas é incapaz de acabar com a fome ou doenças medievais, como a tuberculose, sarampo, gripe, câncer... Nesse momento há 85 milhões de refugiados – a maior catástrofe humanitária da história! A ânsia pela acumulação infinita de capital levou algumas poucas famílias a desfrutarem privilégios (carros, aviões, iates, mansões, viagens...) jamais sonhados pelos maiores reis do passado, enquanto o conjunto da população vive sob a ameaça do desemprego, da fome, do despejo. Trabalhamos hoje mais que no século passado. Profissionais da saúde e educação, entre outros, são explorados em dois ou três vínculos diferentes, perfazendo jornadas de 60 a 80 horas semanais. Nas empresas, ou se tem dupla jornada ou se faz “serão”. E isso atinge os trabalhadores de todos os países do mundo.

Também convivemos com o recrudescimento das relações sociais. A violência contra a mulher se intensifica. A homofobia, por vezes escancarada e sob a forma de violência física, continua afligindo milhares de seres humanos. O racismo, xenofobia, intolerância religiosa idem. E, enquanto se afunda em crises cada vez mais insolúveis, o sistema continua dividindo as pessoas, instigando o ódio, a segregação, a vingança. Não bastasse a divisão de classe: entre quem tem dinheiro e quem não tem, quem detém o poder e quem não detém, entre patrões e trabalhadores – estes últimos ainda são forçados a se dividir entre brancos e negros, héteros ou homoafetivos, nativos ou imigrantes, cristãos ou não-cristãos ou ateus... Tudo isso disfarça a verdadeira face do sistema capitalista, em que a única e real diferença entre os seres humanos está na propriedade privada. Cada nova crise reforça essas diferenças, permitindo às classes dominantes a hegemonia ideológica.

A história do Capitalismo é uma história de crises. A última explodiu nos EUA em 2008 com a chamada “bolha imobiliária” e teve reflexos imediatos em todos os continentes. Passaram dez anos e não há sinal definitivo de recuperação das economias da zona do euro e dos EUA. O chamado “estado de bem estar social” acabou. Países desenvolvidos lançam seus trabalhadores no desemprego e no arrocho. A solução adotada é sempre a mesma: cortes nos direitos, na Previdência, congelamento de salários, enquanto os governos destinam trilhões de dólares para salvar bancos e grandes empresas. Aos trabalhadores, a demissão, despejo, fim dos serviços públicos. Nós pagamos pela crise, enquanto a burguesia se beneficia dela. No mundo todo, porém, os trabalhadores resistem. Greves históricas sacodem a Itália, França, Espanha, Grécia... Protestos massivos ocorrem nos EUA, Inglaterra... Não é diferente no Chile, Argentina e Brasil. Falta a direção revolucionária para pôr abaixo todo o sistema.

Transformar o sistema sócio-econômico-político vigente é vital para a humanidade e para o planeta. O equilíbrio ambiental está por um fio. A devastação sem fim das riquezas naturais, em nome da produção e do lucro desenfreado, tem dizimado florestas, extinguido diversas espécies animais e vegetais, contaminado as águas, o ar, o solo... Enquanto a produção industrial e agrícola estiver voltada à satisfação dos lucros dos “donos” da fábrica ou da fazenda, não há chance de reverter este processo de destruição em escala global. Aos trabalhadores e à juventude cabe construir a nova sociedade, fundada na solidariedade e não na exploração, focada nas necessidades dos seres humanos e não no lucro. Isso só é possível com a expropriação dos grandes meios de produção e do sistema bancário, para que toda indústria, a terra e os bancos estejam à disposição da solução dos problemas coletivos. É óbvio que isso não interessa aos capitalistas. Por isso a demonização de qualquer ideia que

contrarie a ordem atual. Eles precisam que acreditemos que podemos todos ficar ricos, que o esforço individual eleva nossa condição econômica e social. Que é só um problema de “gestão”. Esta ideologia corrompe grupos e organizações da própria classe trabalhadora. Por não acreditarem mais no socialismo, passam a defender “avanços” e a mesma política de sempre. É preciso combater a ilusão de que a eleição de um partido ou candidato “salvador” vai resolver os problemas sem a necessidade de luta da classe.

2. Brasil: a luta encarniçada dos diferentes grupos pelo poder e a destruição dos direitos

Muita gente vende a ideia de que é possível fazer do Brasil uma nova potência mundial. É uma ingenuidade não perceber que a partilha da produção e dos mercados no mundo capitalista já está consolidada e controlada pelo mesmo pequeno e seletivo grupo de países imperialistas há muito tempo. O imperialismo jamais permitirá o crescimento de outra “potência” que possa ameaçar seus negócios. Que partidos de direita usem esse discurso para ludibriar os trabalhadores, é compreensível. Porém, há muita gente na esquerda defendendo a teoria do desenvolvimentismo. E isso tem consequências trágicas para o povo pobre e sofrido. Em nome de um “projeto de desenvolvimento nacional” é que se executam alianças das mais improváveis, que perpetuam os velhos esquemas de poder e corrupção. Por isso assistimos durante anos às contradições de governos ditos de “frente popular”. Enquanto acenavam ao povo com migalhas (aumento do salário mínimo, bolsa-família, cotas...) promoveram a continuidade das privatizações (portos, aeroportos, rodovias, pré-sal - chamadas de “concessões”), reformas da previdência como a de 2003 que acabou com a paridade e integralidade dos servidores públicos, ampliaram exponencialmente os lucros dos banqueiros e grandes empresários, mantiveram os esquemas de corrupção e troca de favores, colocaram tropas militares no Haiti e, quando a crise internacional bateu à porta, seguiram a mesma cartilha ditada pelo imperialismo no mundo todo. Programas como PROUNI e PRONATEC, junto com os repasses para o sistema “S” e FIES, representam a maior transferência na história de dinheiro público para a educação privada. O governo criou monstros como a Króton-Anhanguera, que se tornou o maior grupo privado de ensino do mundo, enquanto universidades públicas padecem de falta de investimento.

Dilma, em seu primeiro mandato, aplicou várias desonerações da folha, de IPI, perdão direto de débitos previdenciários e tributários, tudo para manter os lucros dos especuladores nacionais e internacionais. Afirmou enfaticamente que não atacaria direitos dos trabalhadores. Mal iniciou o segundo governo, criou duas MPs contra pensões, seguro-desemprego e seguro-defeso. Na Previdência, ratificou a fórmula progressiva 85x95, que se transformará em 90x100 em cinco anos. Com um banqueiro no Ministério da Fazenda e uma latifundiária no Ministério da Agricultura, manteve a sangria de metade do orçamento para os bancos e liberou os fazendeiros para atacarem indígenas e sem-terra Brasil afora. Pressionada, anunciou cortes na Educação e na Saúde, congelamento de salários dos servidores federais e apresentou às Centrais Sindicais a proposta de Reforma da Previdência que foi mais tarde ao Congresso pelas mãos de Michel Temer. A lentidão no envio desta Reforma ao Congresso e a demora em avançar a Reforma Trabalhista e a Terceirização sem limites foram decisivos para os “aliados” decidirem afastar o PT do poder e colocar alguém de “sua confiança”.

Nem o aumento do fundo partidário, nem a ampliação de desonerações e anistias aos grandes empresários fizeram cessar a sanha pelo impeachment. Aos olhos de toda a sociedade, a farsa da República desvelou-se. Congresso Nacional, Judiciário, Poder Executivo são instrumentos dos capitalistas para manter seus negócios. São instrumentos para garantir a pilhagem do povo trabalhador. E, ao invés de reagir contra o sistema, assistimos a submissão de quem devia liderar o levante. Dilma acata a cassação e vai tentar nova disputa eleitoral. Lula acata a prisão, reforçando sua crença inabalável no Judiciário e nas instituições

republicanas. É por isso que, desde o impeachment, o foco volta a ser ganhar eleições e não organizar os trabalhadores pela base para impedir a retirada de direitos. Mesmo a “Constituinte Soberana” é uma farsa, pois entregaríamos aos velhos políticos de sempre a tarefa de reescrever a nova Constituição. Sempre nos posicionamos contrários ao impeachment e à prisão de Lula, pois o objetivo, travestido de combate à corrupção, sempre foi o de permitir a um grupo retornar ao poder. Também sempre criticamos a estrutura de repressão criada e fortalecida pelo governo petista. Regulamentação da delação premiada, fortalecimento do judiciário (particularmente do MP), criação da Lei Anti-Terror, aprovação da lei da Ficha Limpa, fortalecimento da PF e da Guarda Nacional foram os instrumentos criados pelo PT e dos quais ele próprio foi vítima. Por isso não cabe a defesa incondicional de Lula e do PT. Não se pode permitir que os mesmos erros sejam cometidos.

Após o impeachment, assistimos Temer aprovar a Reforma Trabalhista, a terceirização sem limites e o congelamento dos investimentos públicos pelos próximos 20 anos. O Sinsej esteve presente em todas as lutas contra essas medidas. Apesar do vacilo dos outros sindicatos e das centrais sindicais, que convocaram e não mobilizaram, nossa categoria paralisou várias vezes. Defendemos a Greve Geral por tempo indeterminado e não UM dia isolado de mobilização. Nenhuma central propôs unificar a luta de todos os trabalhadores brasileiros de forma séria e consequente. Sempre, porém, é possível mudar o curso da história. Prova foi a resistência contra a reforma da previdência, levando à maior greve geral da história do país – o que encurralou o governo e o congresso, adiando para depois das eleições a sua votação. A Greve Por Tempo Indeterminado podia ter forçado a retirada do projeto do Congresso e a revogação das outras medidas. As altas direções, porém, preferem esperar uma “saída institucional”: as novas eleições.

A solução está longe de esperar que um Messias nos redima. Não há saída nas instituições criadas e controladas pelos banqueiros e grandes empresários. Por isso continuamos insistindo nos métodos históricos de luta da classe trabalhadora. O fim de toda forma de opressão, a criação de uma sociedade livre das amarras da propriedade privada e do lucro passa pela revolução social. Um sistema decadente precisa ser substituído por um novo. O Capitalismo moribundo deve ceder espaço a uma sociedade em que a resolução das necessidades humanas seja mais importante que o privilégio de qualquer família ou grupo. Acordos e alianças pela governabilidade cobram um preço muito caro e quem paga são os jovens e trabalhadores. Mas a nossa classe sabe, instintivamente, o caminho. Não tardará em se levantar e se reorganizar para lutar contra tudo o que está estabelecido.

3. Santa Catarina – Continuidade do desmonte dos serviços públicos

As eleições estaduais não trazem nada de novo. São a continuidade do desmonte dos serviços públicos, agora com o aprofundamento da Reforma do Ensino Médio – o fim da escola pública de qualidade para os filhos dos trabalhadores. A terceirização avança. Os servidores públicos estaduais vivem anos de incerteza, sem reajuste salarial e vendo o sucateamento diário de suas condições de trabalho. A rede estadual tem sido um péssimo exemplo para as Prefeituras. O governo do estado iniciou a entrega da saúde para OS’s. Foi o governo do estado que primeiro entregou as cozinhas das escolas para empresas privadas. E essas ideias vêm sendo copiadas pelos prefeitos. Foi o estado que congelou primeiro a licença-prêmio e aumentou o desconto previdenciário. É um conjunto de ataques preparado pelo governo para destruir o serviço público e cortar direitos dos servidores.

A organização dos servidores estaduais mostra a fragilidade oriunda da sua divisão em vários sindicatos. Cada setor do serviço público estadual é representado por um sindicato diferente. E isto tem se revelado um empecilho na necessária unidade dos servidores contra os ataques do governador. Apesar disso, é preciso levar um combate para unificar na luta o

SindiSaúde, o Sinte, o Sintespe e os demais sindicatos. Cabe ao Sinsej aos demais sindicatos municipais dispor de todo o apoio necessário nesse combate, haja vista que uma vitória do governador incita os prefeitos a repetirem a iniciativa nos municípios.

4. Joinville, Garuva e Itapoá – combater e resistir

Aos poucos, os ataques começam a se materializar nas nossas bases. Em intensidade e formas diferentes, os governos Udo Döhler (Joinville), Rodrigo David (Garuva) e Marlon Neuber (Itapoá) buscam economizar às custas dos servidores e dos serviços públicos e manter seus compromissos com os empresários financiadores de suas campanhas. Em outras cidades, os servidores convivem com a falta de reajuste salarial, retirada de direitos e a privatização de serviços. Aqui a intensidade dos ataques só não foi maior ainda graças à unidade, organização e à luta da categoria. Mesmo assim, a dificuldade em manter o reajuste de salários está cada vez maior, alguns cargos foram extintos e a terceirização ocorre em setores isolados. Udo, Rodrigo e Marlon sabem que um ataque frontal provocaria a reação imediata da categoria, por isso preferem “comer pelas beiradas”. O maior desafio do último período tem sido levar o conjunto dos servidores a perceber que os pequenos ataques vão se somando e gerando grandes consequências para todo o serviço público. Ainda mais para a aposentadoria, no caso de Joinville, onde a Prefeitura já acumula cerca de R\$ 1 bi de dívidas com o Ipreville. A terceirização e a extinção de cargos aceleram o rombo previdenciário. Sabemos que essa situação não é isolada. Vivemos aqui o que o conjunto da classe vive no Brasil e no mundo, mas nossa história de resistência mostra que é possível barrar e reverter os ataques. Mesmo no ano mais difícil, como foi 2018, nossa Campanha Salarial garantiu reajuste de salários, ampliação da carreira do Magistério e ampliação de gratificação para os ACS's, num cenário em que a maioria dos trabalhadores tem sofrido com redução de direitos. Nossa unidade e luta impediram a retirada do vale alimentação e a retirada da insalubridade no HSJ. Isso nunca pode ser esquecido, pois é somente a luta organizada da categoria que garante as conquistas. Nenhuma ilusão em “salvadores” ou em “negociações nos gabinetes”. Ainda lembramos muito bem aonde esse tipo de política nos leva.

5. Sinsej – a construção de um sindicato independente, classista e de luta.

Até 2010, o lema do Sinsej era “Dialogar para conquistar”. Nada de greve, de luta, de mobilização. Tudo “se resolvia” nos gabinetes. Resultado: desmonte do PCCS geral, do Estatuto e mais de 40% de perdas salariais. Para esconder os graves problemas, uma estrutura de assistencialismo foi montada, bancada pelo Imposto Sindical. A atual direção do sindicato, com raízes no antigo MovimentAÇÃO, desde 2005 combatia essa política e buscava a unidade da categoria para frear os ataques e avançar nas conquistas. Pacientemente, explicou que a saída para os problemas dos trabalhadores está na sua Unidade, Organização e Luta. Assim, a partir da vitória do MovimentAÇÃO nas eleições de 2010 o foco passa a ser a organização da categoria, que ao longo desses anos, com greves, paralisações e muita discussão nas Assembleias, Seminários, Congressos e reuniões do Conselho, reverteu o período de arrocho salarial, com recuperação de parte das perdas. Avançou-se também em vários benefícios, além de impedir várias vezes a retirada de direitos.

Coerente com o discurso, a direção combateu a dependência do imposto sindical. Desde 2012, o Sinsej devolve o valor aos servidores. Hoje o Sinsej está em posição de plena independência do aparelho do Estado, distante do coro do movimento sindical que aposta tudo em eleições partidárias para reaver o dinheiro perdido. O Sinsej quer avançar como referência no resgate da luta por um movimento sindical livre, independente e de base, sem assistencialismo, e para isso também precisa investir na ampliação do seu quadro de filiados.

Desde 2011, o Sinsej passou a representar Garuva e Itapoá, um novo patamar de organização para os servidores destas cidades, que não contavam com sindicato. Nas duas cidades são perceptíveis os ganhos salariais acima da inflação, a conquista no vale-alimentação, estatuto, entre outros benefícios. Esta gestão do Sinsej inaugurou um período de maior democracia sindical. Criou o Conselho de Representantes, com servidores eleitos em várias unidades. Agora é avançar, elegendo representantes em todas as unidades e focando na formação dos novos dirigentes. Urge um programa de formação sindical que abarque o conjunto dos conselheiros, também aberto a toda a categoria.

A realização deste II Congresso é um salto de qualidade. Graças à alteração estatutária proposta pela direção do sindicato (contra forças que não queriam essa mudança), hoje os delegados eleitos em todos os setores podem pensar coletivamente os rumos do Sinsej para o próximo período. Criou-se de fato a possibilidade de um sindicato controlado pelo servidor, uma vez que à direção cumpre doravante seguir a linha política traçada coletivamente. Há poucos anos não havia assembleias, campanha salarial, conselho de representantes, não tínhamos liberação para essas reuniões, não tínhamos congresso... É possível avançar sempre mais, se mantivermos o foco. Unidade, Organização e Luta constituem uma receita de sucesso para o futuro dos servidores de Joinville, Garuva e Itapoá.

6. Plano de lutas geral - Em conjunto com a classe trabalhadora do Brasil

* Revogação das reformas da Previdência dos governos FHC, Lula e Dilma. Retorno da paridade e das aposentadorias integrais; * Contra todo tipo de terceirização, pela derrubada da Terceirização Irrestrita; * Revogação da Lei Anti-terror; * Redução de jornada sem redução de salários; * Estabilidade no emprego para todos os trabalhadores; * Estatização sob controle operário das empresas que demitirem, bancos, empreiteiras envolvidas em corrupção e de todas as empresas que receberam recursos públicos; * Anulação dos leilões de campos petrolíferos, pelo monopólio estatal do petróleo, Petrobrás 100% pública e sob controle operário; * Reestatização da Vale, da CSN e de todas as empresas e serviços públicos privatizados; * Educação, saúde e transporte públicos, gratuitos e para todos; * Aplicação da Lei do Piso do Magistério na carreira, em todos os sistemas de ensino; * Em defesa da Reforma Agrária; * Contra o machismo, racismo, homofobia e toda forma de violência contra os trabalhadores.

7. Lutas imediatas e permanentes da categoria:

* Reposição mensal do INPC (gatilho salarial); * Recuperação das perdas salariais ainda existentes; * Responsabilidade das Prefeituras pelo atendimento da saúde dos servidores, garantindo consultas, exames, cirurgias e internações, em todas as necessidades; * Todas as vagas ocupadas por servidores estáveis. Abertura de concursos. Não à terceirização. * Revogação de todas as extinções de cargos e reversão das terceirizações. * Ampliação das liberações para os representantes das unidades de trabalho participarem do Conselho do Sindicato; * Regulamentação da jornada de 30 horas semanais, sem redução de salários; * Ampliação dos valores nominais do vale-alimentação; * Carreira decente para todos os servidores, com acesso de formação superior e cursos de capacitação; * Eleição direta para diretores das unidades escolares e coordenadores das demais unidades; * Por uma nova legislação do pagamento do adicional de insalubridade para Joinville, Garuva e Itapoá; * Garantia da oferta de vagas na Educação Infantil em período integral para todas as crianças de 0 a 5 anos; * Isonomia entre ACS's e demais servidores; * Por melhores condições de trabalho e contra toda forma de assédio moral.